

DOCUMENTO

**Documentação**

SOCIOAMBIENTAL *OSP (geral)*

Fonte \_\_\_\_\_

Data *27/6/2002* Pg *A12*

Class. *209*

# Brasil pode ter novo órgão ambiental

*Parques e reservas federais seriam responsabilidade de instituto com verba própria*

LIANA JOHN

**R**IO - O ambientalista Paulo Nogueira Neto recebeu do presidente Fernando Henrique Cardoso o sinal verde para estudar a criação de um Instituto Brasileiro de Unidades de Conservação, dentro do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A proposta foi feita durante a reunião preparatória da Rio +10, prevista para agosto em Johannesburgo, África do Sul.

Em princípio, Nogueira Neto pensa que o novo instituto deve ser autônomo em relação ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), tratando apenas dos ecossistemas protegidos em unidades de conservação de uso indireto (parques, estações ecológicas, reservas biológicas e áreas de relevante interesse ecológico) e das florestas secundárias, a serem mantidas devido ao seu importante papel no seqüestro de carbono, uma das medidas de precaução contra as mudanças climáticas globais.

O manejo florestal (das florestas nacionais, reservas extrativistas e reservas de desenvolvimen-

to sustentável) continuaria com o Ibama. "Mas, naturalmente, tudo ainda está para ser estudado, desde a estrutura até as atribuições", diz Nogueira Neto.

"Provavelmente trabalharemos com a idéia de um fundo específico, para o qual seriam canalizados, por exemplo, os recursos de compensação ambiental que, por lei, já têm seu uso vinculado às unidades de conservação", explica Nogueira Neto.

**Dinheiro** - A proteção das florestas secundárias é um assunto novo em termos de conservação. Ela ganhou importância porque essas vegetações absorvem grandes quantidades de carbono da atmosfera, à medida que crescem e se consolidam.

As florestas primárias, por outro lado, são ricas em diversidade biológica, mas não absorvem carbono da atmosfera ou, mais precisamente, absorvem pela fotossíntese tanto quanto emitem pela respiração.

Essa absorção ou seqüestro de carbono é uma das atividades previstas no Protocolo de Kyoto. Ela será paga pelos países mais ricos e suas indústrias, na mesma proporção do seu

consumo de combustíveis fósseis (petróleo, carvão mineral e gás natural), a principal causa do aumento da concentração de gás carbônico na atmosfera. O gás carbônico, ou dióxido de carbono, é o principal gás de efeito estufa, responsável pelo aquecimento do planeta.

Os dados sobre as florestas secundárias são esparsos e insuficientes, mas podem ser obtidos dos estudos feitos para avaliar os desmatamentos. Na Amazônia, segundo o Instituto Nacio-

nal de Pesquisas Espaciais (Inpe), existem 165 mil km<sup>2</sup> de áreas desmatadas abandonadas, impróprias para a agricultura.

Nem todas essas áreas abandonadas voltarão a ser florestas

secundárias, por terem sofrido erosão ou perda de árvores sementeiras. Mas boa parte delas já se encontra em recuperação, com o crescimento das chamadas capoeiras, estágios iniciais de uma floresta secundária.

Outro exemplo é o do Rio Grande do Sul, cujo inventário florestal estadual indica que a área de florestas naturais dobrou, nos últimos 5 anos, devido ao crescimento das florestas secundárias. (Agência Estado)

**FLORESTAS DE USO DIRETO FICAM NO IBAMA**